

COVID-19 e a domesticação da sexualidade de adolescentes e jovens na emergência da pandemia (2020-2022)

COVID-19 and the domestication of adolescent and young people's sexuality in the emergence of the pandemic (2020-2022)

COVID-19 y la domesticación de la sexualidad adolescente y juvenil en el surgimiento de la pandemia (2020-2022)

Cristiane S. Cabral <https://orcid.org/0000-0003-3025-2404>¹; Vera Paiva <https://orcid.org/0000-0002-8852-3265>²; Djalma Barbosa <https://orcid.org/0000-0002-6143-7543>³

Resumo As interações sociais e sexuais de adolescentes e jovens foram fortemente impactadas pela pandemia de COVID-19 e aprofundaram os obstáculos para discutir, no espaço escolar, temas relativos à prevenção e à educação para a sexualidade. Este artigo aborda o processo de socialização da sexualidade, em meio à pandemia de COVID-19, a partir dos resultados de duas pesquisas articuladas com jovens de 16-19 anos, estudantes de ensino médio e moradores de regiões periféricas em São Paulo. Utilizamos métodos mistos para a produção de dados: a) observação das interações entre jovens e colaboração nos espaços escolares; b) questionário, respondido antes da pandemia (2019) e após reabertura das escolas (2022); c) 40 entrevistas individuais em profundidade (2022). O contexto escolar é cenário de experimentações e aprendizados de gênero e sexualidade, capaz de acolher tanto a reiteração da cisgender normatividade, mas também a expressão da não binariedade sexual e de gênero. A pandemia acirrou um processo de domesticação da sexualidade, servindo tanto como estratégia de prevenção como de adaptação ao contexto pandêmico. Assédio e consentimento nas relações afetivo-sexuais são temas de forte interesse dos/as jovens e precisam ser incorporados em programas de intervenção e de prevenção voltado ao público juvenil.

Palavras-chave COVID-19, Escolas, Jovens, Sexualidade

Abstract The social and sexual interactions of adolescents and young people were significantly impacted by the COVID-19 pandemic, increasing challenges in addressing prevention and sexual education in schools. This article addresses the socialization of sexuality during the COVID-19 pandemic, based on two studies with young people aged 16-19, High School students from suburban areas in São Paulo. A mixed-methods approach was adopted: a) Observation of interactions among young people and collaborative activities in school settings; b) A questionnaire self-administered before the pandemic (2019) and after schools reopened (2022); and c) 40 individual in-depth interviews (2022). The school environment is a setting for experimentation and learning about gender and sexuality, capable of embracing the reinforcement of cisgender normativity and the expression of gender and sexual non-binary identities. The pandemic has escalated the domestication of sexuality, functioning as a preventive strategy and an adaptation to the pandemic context. Harassment and consent in affective-sexual relationships are topics of significant interest to young people and should be central to intervention and prevention programs targeting this population.

Key words COVID-19, Schools, Young people, Sexuality

Resumen Las interacciones sociales y sexuales de adolescentes y jóvenes se vieron fuertemente impactadas por la pandemia de COVID-19 y aumentaron los obstáculos para discutir, en las escuelas, temas relacionados con la prevención y la educación en sexualidad. Este artículo aborda el proceso de socialización de la sexualidad, en medio de la pandemia de COVID-19, a partir de los resultados de dos investigaciones realizadas con jóvenes de 16 a 19 años, estudiantes de secundaria y residentes de regiones periféricas de São Paulo. Utilizamos métodos mixtos para producir datos: a) observación de las interacciones entre jóvenes y la colaboración en los espacios escolares; b) cuestionario, respondido antes de la reapertura de las escuelas (2022); c) 40 entrevistas individuales en profundidad (2022). El contexto escolar es un escenario de experimentación y aprendizaje sobre el género y la sexualidad, capaz de acoger tanto la reiteración de la cisgender normatividad, como la expresión de la no binariedad sexual y de género. La pandemia ha intensificado un proceso de domesticación de la sexualidad, sirviendo tanto como estrategia de prevención como de adaptación al contexto pandémico. El acoso y el consentimiento en las relaciones afectivo-sexuales son temas de gran interés para los jóvenes y necesitan ser incorporados en los programas de intervención y prevención dirigidos a jóvenes.

Palabras clave COVID-19, Escuelas, Jóvenes, Sexualidad

¹ Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. Av. Dr. Arnaldo 715, Cerqueira César. 01246-904 São Paulo SP Brasil. cabralcs@usp.br

² Instituto de Psicología, Universidade de São Paulo. São Paulo SP Brasil.

³ Universidade Federal de Rondonópolis. Rondonópolis MT Brasil.

Introdução

A pandemia de COVID-19 afetou a sexualidade juvenil de maneira multifacetada e impôs adaptações diversas à vida cotidiana, sobretudo nas experiências de sociabilidade. Em tempos ordinários, o período da adolescência e juventude é marcado pela intensificação da aprendizagem sobre gênero e sexualidade^{1,2}. Dos espaços do território escolar, a esperada sociabilidade se estende para jogos, festas, espaços de lazer e de convivência comunitária, com aumento de interações sociais fora de casa e entre pares. O extraordinário forjado pelo período mais agudo da pandemia de COVID-19 produziu adaptações inéditas e específicas dessa geração de jovens, aprofundando a primazia das interações digitais em detrimento dos encontros face a face com amigos/as e parceiros/as afetivo-sexuais não coabitantes.

No Brasil, instituições públicas de ensino mantiveram aproximadamente 18 meses de ensino remoto, realizado de modo bastante precário nas periferias. As escolas fecharam em março de 2020 e reabriram paulatinamente no segundo semestre de 2021, depois da vacinação de professores e jovens. O acesso a informações qualificadas sobre saúde sexual e reprodutiva, sob ataque de grupos conservadores³, ficou ainda mais limitado no período.

A literatura científica tem ressaltado os efeitos da pandemia na vida de adolescentes e jovens^{4,5}, com especial ênfase sobre o crescimento de eventos de saúde mental^{6,7}. Documenta-se depressão, ideação suicida, maior convívio com membros do grupo doméstico (permeado por tensões e violências), impacto dos contextos de violência (intrafamiliar e urbana), medo da morte (sua ou de entes próximos)⁶⁻¹⁰, experiências que concebemos como sofrimento psicosocial^{11,12}. O debate acadêmico, contudo, pouco abordou como a sinergia da COVID-19 com outras epidemias – em especial as de HIV/Aids, sífilis e violência sexual – afetou as vidas dessa geração. Poucas dimensões da vida afetiva e sexual desses jovens têm sido objeto de atenção, embora as diferenças e desigualdade baseadas nas identidades sexuais e de gênero sejam fonte histórica de mal-estar¹³.

Normas, valores e expectativas sociais ligadas à sexualidade e ao gênero são aprendidos por meio da familiarização de cada pessoa com práticas, crenças, representações sociais, modelos de comportamento e formas de interação presentes em seu contexto sócio-histórico^{2,14}. Instituições sociais – família, escola, grupos de

pares, religião, plataformas digitais – transmitem e reforçam expectativas normativas, mediadas pelos mecanismos de controle social^{1,15}. Há uma pedagogia da sexualidade e do gênero que ocorre mediante a apreensão de elementos culturais que definem feminilidade, masculinidade e heteronormatividade, diluídos na vida cotidiana^{16,17}. Esse processo, que é duradouro e pode mudar de rumo, carrega as marcas do advento sanitário da COVID-19.

Neste artigo, discutimos como a socialização para a sexualidade, a experimentação e a iniciação sexual se adaptaram nos espaços e tempos da emergência dessa primeira crise sanitária mundial do século XXI. Apresentamos resultados produzidos por duas pesquisas, integradas e complementares, que buscaram superar o silenciamento sobre a vida afetivo-sexual de adolescentes e jovens e compreender os modos de sua adaptação ativa e produtiva ao contexto vivido nos espaços de interação digital e presencial. A primeira pesquisa, “Vulnerabilidades de jovens às IST/HIV e à violência entre parceiros: avaliação de intervenções psicossociais baseadas nos direitos humanos”, começou em 2019 como projeto multisectorial, interdisciplinar e de métodos mistos, em oito escolas públicas de ensino médio localizadas nas periferias das cidades de São Paulo, Sorocaba e Santos. No período de fechamento dos estabelecimentos de ensino, a pesquisa seguiu em curso, utilizando meios digitais de comunicação, revisando e inovando estratégias metodológicas.

A segunda pesquisa, “Em tempos de COVID-19: iniciação sexual, socialização e exposição ao risco de jovens de escolas públicas de ensino médio”, respondeu às dificuldades de abordar o tema da sexualidade com os jovens em suas casas durante o fechamento das escolas e ao silenciamento dessa pauta. As duas pesquisas compartilham um núcleo comum de pesquisadores e reuniram um *corpus* empírico, com integração estimulada e proporcionada pelo edital da Fapesp (Chamada de Rápida Implementação UN-Research Roadmap COVID-19), que visava superar limitações metodológicas impostas pela pandemia à pesquisa social.

Ao investigar como o contexto da emergência da pandemia de COVID-19 afetou a socialização afetiva e sexual de adolescentes e jovens, observamos cenários e experiências dessa geração que acomodou sua vida cotidiana às incertezas e perdas nos primeiros anos dessa epidemia no Brasil, adaptação que a equipe de pesquisa simultaneamente enfrentou.

Caminhos metodológicos

Diversas estratégias metodológicas foram mobilizadas e adaptadas ao fechamento dos estabelecimentos de ensino no período pandêmico que atravessou a primeira pesquisa. Em 2019, com o apoio de estudantes selecionados como bolsistas de iniciação científica para ensino médio (IC-EM-CNPq) e concebidos como “interlocutores-pesquisadores”, observávamos diretamente as interações entre jovens nos territórios/espaços escolares, com registros em diários de campo sobre como encarnavam e experimentavam suas identidades de gênero e suas interações afetivo-sexuais, dentro e no entorno das escolas. Com o apoio desses IC-EM capacitados como agentes-jovens (AJ), realizamos um levantamento inicial de percepções, comportamentos e atitudes dos/as jovens em relação à sociabilidade juvenil, à sexualidade, ao gênero, à violência entre parceiros/as e à prevenção de IST/HIV/Aids, buscando informar a construção de uma intervenção de “prevenção integral” baseada em direitos humanos. Com a emergência da COVID-19, de abril de 2020 a setembro de 2021, o trabalho de campo nos oito territórios foi adaptado para interações *online*.

Conectados digitalmente, “frequentamos” semanalmente a intimidade das casas de 104 AJ em 2020-2021 via *google meet*, a maioria acessando a internet por meio do celular, freqüentemente compartilhado com outras pessoas. A comunicação acontecia com pouca (ou nenhuma) privacidade (dependendo do horário e contexto familiar), o que impedia o aprofundamento de conversas sobre vida sexual, identidades de gênero, uso de prevenção para IST/Aids e gravidez, entre outras experiências significativas da sociabilidade juvenil. Supervisionados/as por docentes da equipe, os AJ produziram webinários e material de prevenção para redes sociais com foco na COVID-19. Mas uma lacuna temática persistia.

Depois da retomada presencial das aulas em 2021, seguimos com observações das interações nos espaços escolares. Entre maio e setembro de 2022, promovemos um inquérito com 1.119 estudantes do 3º ano do EM nas oito escolas participantes – estudantes afetados pelos diferentes surtos da COVID-19, com altos números de brasileiros morrendo diariamente, pela experiência das escolas fechadas nos dois primeiros anos do EM.

Paralelamente, no âmbito da segunda pesquisa, as entrevistas individuais superaram a

limitação metodológica da primeira pesquisa, buscando compreender a dinâmica da sexualidade juvenil e das violências baseadas em identidade de gênero e sexual nos primeiros anos da COVID-19¹⁸. Entre setembro de 2022 e fevereiro de 2023, fizemos 40 entrevistas em profundidade com jovens com idade entre 16 e 19 anos nos quatro territórios escolares da cidade de São Paulo abordados no primeiro projeto (Tabela 1). Os primeiros convites para participação no estudo foram feitos de forma aleatória, no momento da saída das escolas. Para compor a diversidade do grupo, recorreu-se à técnica bola de neve, a partir de indicações dos/as primeiros/as jovens entrevistados/as. Buscamos estudantes entre 16 e 19 anos que cursavam o nível médio em escolas públicas da região. A leitura exaustiva das transcrições na íntegra informou a construção de categorias analíticas desse material empírico.

A caracterização sociodemográfica dos participantes dos dois projetos está descrita na Tabela 1. Frequências absolutas e relativas são apresentadas nas Tabelas 2 e 3; o teste qui-quadrado foi utilizado para avaliar diferenças entre grupos, com nível de significância de 5%. As análises foram feitas no software R (versão 4.4.2). A classificação sobre gênero (pessoas cis, trans e outras identidades) foi composta a partir das respostas dadas em relação às perguntas sobre *sexo designado ao nascimento e gênero com que se identifica atualmente*. Quem assinalou *sexo feminino* ao nascimento e se identificou como *mujer* foi categorizada como *mujer cis*; quem respondeu *sexo masculino* ao nascimento e se identificou como *homem* foi categorizada como *homem cis*; as demais possibilidades compõem a categoria *pessoas trans ou outras identidades*.

Trabalhamos no âmbito do que Burawoy¹⁹ nomeou como *extended case method*, quando o foco original do primeiro projeto-intervenção foi modificado para registrar o impacto da COVID-19 entre estudantes de ensino médio e desenhar/implementar com os/as AJ atividades de prevenção à infecção e ao adoecimento pela COVID-19, assim como ao sofrimento psicosocial que emergia como epidemia. As estratégias metodológicas responderam às mudanças da vida cotidiana dos primeiros anos da pandemia de COVID-19, buscando a coprodução de “inéditos viáveis”¹⁸ para implementar pesquisa e intervenção.

O Comitê de Ética autorizou a dispensa de assinatura de responsável para jovens com 16 e 17 anos e os participantes assinaram termos de consentimento (TCLA ou TCLE).

Tabela 1. Síntese do perfil dos/as respondentes do inquérito (projeto 1) e dos/as entrevistados/as (projeto 2) – 2022 e 2023, variáveis selecionadas.

Gênero	1º projeto – n (%)				2º projeto – n (%)				
	Homem cis	Mulher cis	Pessoas trans ou outras identidades ⁶		Total	Homem cis	Mulher cis	Pessoas trans ou outras identidades ⁶	
			Total	Pessoas trans ou outras identidades ⁶				Total	
Variáveis sociodemográficas									
Total	533 (44,2)	631 (52,3)	35 (2,9)		1199	17 (42,5)	17 (42,5)	6 (15,0)	40
Faixa etária									
16-17 anos	388 (72,8)	485 (76,9)	28 (80,0)		901 (75,1)	9 (52,9)	14 (82,3)	3 (50,0)	26 (65,0)
18-19 anos	145 (27,2)	146 (23,1)	7 (20,0)		298 (24,9)	8 (47,1)	3 (17,6)	3 (50,0)	14 (35,0)
Série no EM ¹									
1º Ano	-	-	-		-	3 (17,6)	2 (11,8)	0 (0,0)	5 (12,5)
2º Ano	-	-	-		-	4 (26,5)	7 (41,2)	1 (16,7)	12 (30,0)
3º Ano	533 (44,2)	631 (52,3)	35 (2,9)		1199 (100,0)	10 (58,8)	6 (35,5)	3 (50,0)	19 (47,5)
Cor ²									
Branco	274 (51,4)	308 (48,8)	15 (42,9)		597 (49,8)	11 (64,7)	5 (29,4)	2 (33,3)	18 (45,0)
Preto ou pardo	241 (45,3)	303 (48,0)	17 (48,5)		561 (46,8)	6 (35,3)	12 (70,6)	4 (66,7)	22 (55,0)
Asiático ou indígena	12 (2,3)	16 (2,6)	2 (5,8)		30 (2,5)				
Identidade/orientação sexual ³									
Hetero	434 (81,4)	363 (57,5)	8 (22,9)		805 (67,1)	12 (70,6)	9 (52,9)	0 (0,0)	21 (52,5)
Homo	21 (3,9)	14 (2,2)	3 (8,6)		38 (3,2)	1 (5,9)	2 (11,8)	1 (16,7)	4 (10,0)
Bi/pan/outros ⁴	66 (12,5)	236 (37,5)	23 (65,7)		325 (27,2)	4 (23,5)	6 (35,3)	5 (83,3)	15 (37,5)
Religião atual ⁵									
Católica	123 (23,1)	110 (17,4)	4 (11,4)		237 (19,8)	3 (17,6)	2 (11,8)	0 (0,0)	5 (12,5)
Evangélica/cristã	75 (14,1)	154 (24,4)	3 (8,6)		232 (19,3)	4 (23,5)	1 (5,9)	0 (0,0)	5 (12,5)
Matriz afro	15 (2,8)	42 (6,6)	3 (8,6)		61 (5,1)	2 (11,8)	3 (17,6)	2 (33,3)	7 (17,5)
Sem religião	264 (49,5)	243 (38,5)	23 (65,7)		530 (44,2)	8 (47,1)	9 (52,9)	3 (50,0)	20 (50,0)
Outras designações	28 (5,2)	45 (7,1)	0,0		73 (6,1)	0 (0,0)	2 (11,8)	1 (16,7)	3 (7,5)

¹ Três registros sem informação (2º projeto); ² 11 participantes (0,9%) preferiram não responder, 1º projeto; ³ 31 participantes (2,6%) preferiram não responder, 1º projeto; ⁴ “Outros” refere-se aos participantes que responderam “Descrevo minha identidade sexual de outra forma”; ⁵ 58 participantes (4,8%) preferiram não responder, 1º Projeto; ⁶ Outras identidades inclui participantes que se descrevem como: pessoas trans não binárias, gênero neutro, gênero fluido, pessoa agênero ou com outra variabilidade de gênero, ou que se identificam de outra forma.

Fontes: 1º projeto: “Vulnerabilidades de jovens às IST/HIV e à violência entre parceiros: avaliação de intervenções psicossociais baseadas nos direitos humanos”; 2º projeto: “Em tempos de COVID-19: iniciação sexual, socialização e exposição ao risco de jovens de escolas públicas de ensino médio”.

Tabela 2. Vida sexual: início e idade na primeira relação sexual – estudantes do 3º ano do EM, São Paulo, 2022.

Vida sexual	Gênero				p-valor
	Homem cis	Mulher cis	Pessoas trans ou outras identidades*	%	
	N	%	n	%	
Total	533	44,5	631	52,6	3,1
Iniciou a vida sexual?					
Sim	248	46,5	264	41,8	54,3
Não	243	45,6	334	52,9	37,1
Idade na 1ª. relação sexual					
Menos de 15 anos	62	25,5	67	25,6	10,5
15 anos ou mais	181	74,5	195	74,4	89,5

* Classificação ‘Outras identidades’ inclui participantes que se descrevem como: pessoas trans não binárias, gênero neutro, gênero fluido, pessoa agênero ou com outra variabilidade de gênero, ou que se identificam de outra forma.

Fonte: “Vulnerabilidades de jovens às IST/HIV e à violência entre parceiros: avaliação de intervenções psicossociais baseadas nos direitos humanos”.

Tabela 3. Prevenção na primeira relação sexual quanto a gravidez, IST, COVID – estudantes do 3º ano do EM, São Paulo, 2022.

Prevenção na primeira relação sexual	Gênero	Homem cis		Mulher cis		Pessoas trans ou outras identidades*		p-valor
		n	% sim	n	% sim	n	% sim	
Total		248	46,7	264	49,7	19	3,6	
Cuidados para evitar gravidez								
Fez coito interrompido		131	59,3	132	56,4	8	44,4	p = 0,44
Usou pílula anticoncepcional		42	19,4	59	23,0	3	15,8	p = 0,53
Usou DIU, injeção, outro método de longa duração		8	3,6	27	10,3	1	5,3	p < 0,05
Usou camisinha		163	68,8	170	66,4	11	57,9	p = 0,58
Fez tabelinha		13	7,0	18	7,4	0	0,0	p < 0,01
Usou pílula do dia seguinte		33	14,8	52	20,3	3	15,8	p = 0,28
Tomou banho depois da relação		178	78,4	189	76,2	15	83,3	p = 0,70
Cuidados para evitar IST/AIDS								
Usou camisinha		170	72,0	178	68,7	12	63,2	p = 0,58
Tinha feito o teste p HIV		22	10,0	20	7,9	2	10,5	p = 0,72
Parceiro/a tinha feito teste p/HIV		25	14,0	33	14,3	3	18,8	p = 0,87
Usou PEP (anti-retroviral pós-exposição)		3	1,4	5	2,0	0	0,0	p = 0,75
Usava PreP (anti-retroviral pré exposição)		4	1,9	4	1,6	0	0,0	p = 0,84
Cuidados para prevenir COVID-19								
Usou máscara durante a RS		3	1,3	2	0,8	0	0	p = 0,77
Não beijou/não ficou com as faces próximas		22	9,7	21	8,1	3	16,7	p = 0,44
Tomaram banho antes		137	60,4	145	57,1	8	47,1	p = 0,49
Usou álcool gel e/ou lavagem das mãos com água e sabão		49	21,4	46	18,3	7	43,8	p < 0,05
Escolheu parceiro/as que tinham se vacinado		74	37,6	110	45,5	8	50,0	p = 0,20
Encontrou e transou ao ar livre		16	7,2	6	2,3	2	11,8	p < 0,05
Escolheu parceiro/as que tinham tido COVID-19		4	1,9	5	2,0	2	11,8	p < 0,05
Tinham testes negativos para COVID-19		81	42,0	100	43,1	12	70,6	p < 0,01
Tinham feito contrato de só ficarem um com o outro		57	25,9	108	44,1	9	52,9	p < 0,01

* Classificação ‘Outras identidades’ inclui participantes que se descrevem como: Pessoas trans-não binárias, gênero neutro gênero fluido, pessoa agênero ou com outra variabilidade de gênero, ou que se identificam de outra forma.

Fonte: “Vulnerabilidades de jovens às IST/HIV e à violência entre parceiros: avaliação de intervenções psicossociais baseadas nos direitos humanos”.

Resultados

A seguir apresentamos as perspectivas e experiências de adolescentes e jovens moradores de regiões periféricas paulistas, focalizando seu processo de socialização para a sexualidade no emergir da pandemia de COVID-19.

Redes sociais como espaço de socialização para a sexualidade

A socialização mediada pela internet e pelas redes sociais foi potencializada pelas medidas de distanciamento social na emergência da COVID-19, com ampliação do acesso e diversidade de informações, assim como oportunidades de interação e diversão, povoando de maneira inédita e singular o processo de socialização para a sexualidade dessa geração²⁰⁻²². Jovens usaram os

dispositivos digitais para diminuir o isolamento e a solidão, para conversar com colegas e buscar informações sobre prazer sexual (34,9%, n = 418), gravidez (35,4%, n = 425), HIV (23,7%, n = 284), COVID-19 (60,1%, n = 721) e saúde mental (63,4%, n = 760), bem como para acessar e/ou compartilhar conteúdo erótico e interagir afetivo-sexualmente.

A visualização e troca de conteúdo de cunho sexual (“sexting”) e o acesso à pornografia foram tematizados em diferentes momentos das pesquisas. Em 2022, 35,8% (n = 429) dos respondentes já haviam visualizado e/ou trocado mensagens com conteúdo sexual. A troca de *nudes* pelo celular ocupava um caráter de prática preliminar às relações sexuais. Gilson (17 anos) conta que “conversava bastante sobre coisas que [o casal] queria fazer um com o outro e ficava trocando *nudes*”. Carla (16 anos) enviava

e recebia fotos, mas “não rolava sexo virtual, eu não me tocava, apenas ele”. Kelly (18 anos) diz que trocou muitos *nudes* durante a pandemia, apenas com quem conhecia para controlar possíveis vazamentos na internet (“Eu sabia que se espalhasse alguma coisa teria vindo dele”).

O acesso à pornografia *online* foi recorrente, sem diferença significativa entre moças cis (35,5%, n = 224) e rapazes cis (35,6%, n = 190). Tanto nas rodas de conversa nas escolas como nas entrevistas individuais criticava-se a pornografia como “sexo que não é de verdade”, “é muito forçado”, valorizando os enredos das cenas de aproximação entre corpos e cenários que enquadraram o exercício da sexualidade. O recurso crítico à pornografia foi observado em outros estudos com jovens e integra o processo de socialização para a sexualidade^{20,22}: primeiro como curiosidade sobre práticas sexuais, e à medida que o aprendizado dos *scripts* e enredos das práticas sexuais são sedimentados, distanciam-se da noção de sexo como algo instintivo. Nessa direção, passam a valorizar o debate sobre consentimento e assédio, tema emergente ao longo das pesquisas.

A internet indubitavelmente participa da socialização para a sexualidade dessa geração, com as marcas de gênero que produzem a vida sexual atravessada por debates promovidos nas redes sociais²⁰. O celular e as conexões digitais integram vários passos da dinâmica de encontros e interações até a realização da cena sexual encarnada nos corpos que se encontram em movimento.

Visibilidade da não binariedade sexual e de gênero na volta aos espaços escolares

A volta às aulas presenciais foi ansiada e comemorada; expressava o cansaço com a vida digital, a possibilidade de escapar do intenso convívio doméstico, a expectativa de reencontrar colegas, a necessidade de recuperar as experiências (sexuais) suprimidas pelo distanciamento social. Diversos rapazes expressaram um sentimento de perda de oportunidades (“Se não fosse a pandemia, teria transado muito mais”).

Os espaços escolares seguiram relevantes para a expressão e a experimentação com identidades de gênero e a iniciação às práticas afetivo-sexuais. O banheiro feminino e os passeios escolares eram locais de “pegação” (entre meninas principalmente). Ambientes como vestiários ou qualificados como “bem vazio, escuro e esquecido” (o “murinho”) em todos os territórios eram lugares para beijos e carícias mais ardentes por

todas as identidades, com frequência intensificada após o período do isolamento social-sanitário. Uma estudante exemplificou: “Fui no passeio de casal com um menino e voltei casal com uma menina”. Um rapaz narra que preferia ficar na escola o máximo de tempo possível, pois ali ele se sentia “aceito”. Em suas palavras:

[...] desde sempre eu fui afeminado, aí quando eu fui pra escola pública, eu vi que toda essa recepção foi muito diferente. As pessoas de lá eram muito diferentes, me aceitavam melhor, compreendiam a minha situação. Tive um monte de professores que chegaram em mim e falaram: “Olha, se você precisar de ajuda, eu tô aqui”. Então tinha todo esse apoio dentro da escola (João, 18 anos).

Em outra escola, um dos 20 jovens presentes na sala que debatia os resultados do questionário, diante do *slide* sobre identidade sexual, comenta alto: “Bem, todo mundo sabe que tenho carteirinha de veado, mas não sou gay!”. A performance corporal dele é reconhecida por ele e pelos outro/as como de “gay-veado”. A pesquisadora pergunta então: “O que você quis dizer com isso?”, e ele responde: “Porque sou veado, mas não transei ainda...”. Essa afirmação, que não causou estranheza nenhuma na plateia de estudantes, exemplifica, ao mesmo tempo, a fluidez, a diversidade e as singularidades experimentadas no processo de socialização desse/as jovens que se encontravam presencialmente nas escolas depois de passarem 18 meses “produzindo sua aparição em vídeo”.

No território escolar, as imagens sobre sexualidade nos banheiros compõem o cotidiano – como para inúmeras gerações de estudantes. Nas rodas de conversa de novembro de 2022, os AJ ressaltaram os exemplos dos grafittos e animes “Belo pau” no banheiro masculino, e da pichação de “Morte ao pênis” no banheiro feminino. Segundo ele/as, “o grafrito foi feito propositalmente numa cabine (banheiro), pois faz um elogio ao órgão genital masculino... porque é o único lugar em que a frase conversa com o ambiente”, não ficaria sem contexto, é lugar de acesso mais privado. Não houve grande discordância ou repercussão.

A cultura dos grafittos e murais foi incorporada pelas direções e coordenações de algumas escolas, compondo outros espaços para além dos banheiros. Em um desses (Figura 1), a ilustração com alusão a um casal gay, pintada na lateral da escadaria pelos próprios estudantes da escola, provocou debates. Estudantes e professores/as ou técnicos/as, sobretudo do período noturno, reagiram indicando a polarização po-



Figura 1. Pintura sobre casal homossexual feita por estudantes de uma escola.

Fonte: Arquivo pessoal dos pesquisadores.

lítica sobre o tema da sexualidade juvenil nas escolas: “Estão incentivando os jovens!” ou “Para que isso se tem tanta coisa para desenhar?”, mostrando o tensionamento provocado pelas posições político-partidárias conservadoras. Vários jovens “gênios fortes” questionaram as falas de docentes “conservadores”, enquanto outra professora conferia legitimidade às possibilidades de expressão sexual e identitária naquele contexto, defendendo: “Estamos em outro momento”, frase que assinalava mudança cultural e a história de ampliação de direitos.

A expressão pública da sexualidade nas escolas participantes do estudo foi frequente, com intensidades e formas diferentes, e de modo singular através de grafites. Trata-se de uma tradicional forma de linguagem de comunicação juvenil. A permissão ou não para as ilustrações, como as captadas pelos/as pesquisadores/as e pelos AJ, exemplificam contextos mais abertos ao debate sobre sexualidade promovidos pelas escolas no projeto.

Início da vida sexual e o exercício da sexualidade

O início da vida sexual é tradicionalmente definido pela idade da primeira relação sexual e associado à penetração, perspectiva que reflete um padrão heteronormativo predominante em diversos campos disciplinares. Apesar de concordarmos com a necessidade de ampliação dessa definição, sobretudo nesse contexto de diversificação das identidades sexuais²³, tal noção segue prevalente nessa geração. Seguimos ouvindo frequentemente sobre uma virgindade que “se perde” (e transforma a menina em moralmente “perdida”) pelo sexo com penetração. Um menino AJ conta numa roda de conversa a história de seu pai: “Um rapaz tímido, e o avô tinha medo que ele fosse homossexual. Então o levou a um bordel para que fizesse sexo com mulheres; ele era ainda novo, menor de idade!”. Seu espanto alude tanto ao recurso a um bordel para o início da vida sexual, outrora bastante

comum entre rapazes, quanto ao fato de seu avô buscar assegurar a heterossexualidade de seu pai através do expediente do sexo penetrativo com prostitutas – *scripts* para a socialização que perderam espaço nas últimas décadas^{2,24}.

A iniciação sexual (IS) foi abordada no questionário aplicado nas escolas após o retorno presencial às aulas (2022) e nas entrevistas individuais em 2022/2023. No questionário, um conjunto de perguntas auxiliava a descrição da iniciação sexual: “Você já teve relações sexuais/transou alguma vez?”; “Com que idade você teve a sua primeira relação sexual?”; “O que fizeram na primeira relação sexual?” – com opções de resposta: sexo oral; sexo vaginal; sexo anal; masturbação; prefiro não responder. Nas entrevistas individuais, enriquecemos o detalhamento descritivo da iniciação sexual. Os dois procedimentos metodológicos indicaram a primazia do sexo penetrativo vaginal na iniciação sexual.

Quando analisamos a iniciação por identidade de gênero no inquérito de 2022, metade dos estudantes de 3º ano ainda não havia iniciado a vida sexual (49,2%, n = 590), proporção semelhante entre homens cis (45,6%, n = 243) e mulheres cis (52,9%, n = 334). A primeira relação sexual ocorreu em média aos 15,1 anos entre os meninos cis e 15,4 entre as meninas cis. Há maior proporção de “pessoas trans ou outras identidades” com início da vida sexual (Tabela 2). Houve diferença de gênero ($p < 0,01$) quanto a/ao parceiro/a da primeira relação sexual. A maioria das moças cis (23%, n = 145) teve a iniciação sexual com o namorado, enquanto os rapazes cis iniciaram a vida sexual com amigas ou ficantes (24%, n = 128); foi diminuta a referência de iniciação sexual com trabalhadoras性uais (0,6%, n = 3 – apenas meninos cis).

Entre os/as respondentes do questionário, os motivos principais para não ter iniciado a vida sexual foram *não ter encontrado o/a parceiro/a ideal/adequado* (26,1%, n = 313) e *não estar no momento certo* (23,2%, n = 278). As respostas *teve vontade, mas nunca teve oportunidade* (13,3%, n = 159) e *não teve vontade* (10,2%, n = 122) foram menos frequentes. Tal qual observado em outra pesquisa realizada há 20 anos com jovens brasileiros/as¹², o *desejo de casar-se virgem* (8,3%, n = 99), *motivos religiosos* (5,8%, n = 70), *medo de engravidar* (8,0%, n = 96) e *medo de contrair alguma doença* (7,3%, n = 88) seguem como importantes motivos para adiamento da primeira relação sexual.

Os dados sobre iniciação sexual foram apresentados em todas as escolas em rodas de conversa, quando realizávamos a devolutiva

dos resultados – etapa necessária na abordagem baseada em direitos humanos adotada pelos pesquisadores, que fomenta ações locais, conjuntamente planejadas e com participação da comunidade, buscando estimular a renovação de políticas públicas locais. Em uma dessas oportunidades, uma estudante relatou o contexto de iniciação sexual de uma amiga, dizendo que aquela seria uma situação bastante comum: uma colega (14 anos) foi influenciada pelo namorado (com 18 anos) a “transar” e logo em seguida ele a deixou. A diferença de idade entre parceiros chamou a atenção do/as agentes jovens, que caracterizaram a garota como uma vítima do namorado.

Outro tema muito debatido foi a proporção dos que declararam que *não queriam mas tiveram a primeira relação* ou que *se sentiram forçadas/os na primeira transa* – moças cis (5,4%, n = 33) e rapazes cis (2,4%, n = 13). Exemplos e narrativas compartilhadas insistiam que “as meninas são mais assediadas, mas os meninos também o são”, e emergia o debate sobre assédio sexual, consentimento e estupro, temas que explodiram nas redes sociais nos primeiros anos da COVID-19. Foram adotados por essa geração como pauta ativa em seu processo de socialização para sexualidade.

Práticas de prevenção em tempos sindêmicos

Os resultados do inquérito sobre práticas de prevenção indicaram que tomar *banho pós-transa* foi o principal método para a prevenção da gravidez, tanto para meninos quanto meninas (Tabela 3). O *banho pré-transa* (uma das opções no questionário) foi o cuidado mais utilizado para evitar COVID-19. O *banho* também ensejou interessantes debates em algumas escolas, porque faz parte do *script* de prevenção “de tudo” (da COVID-19 inclusive) relacionado à atividade sexual. O uso do preservativo externo foi o segundo cuidado mais indicado, tanto para prevenção da gravidez quanto de IST.

As diferenças de gênero são notáveis: entre garotos, era frequente justificar as “escapadas” para o futebol com colegas, para ir às festas no “fluxo” da favela, ou ainda de recusar “máscaras focinheiras e chinesas” (indicando adesão ao discurso negacionista do então presidente da República). Cerca de 1/4 (n = 331) dos respondentes do inquérito relatou perda de parentes ou pessoas próximas para a COVID-19. Já as garotas cis permaneceram ($p < 0,01$) mais “presas” e dedicadas ao trabalho doméstico e de cuidado

de crianças e idosos (média de 9,0 horas de trabalho doméstico) do que garotos cis (média de 6,2 horas) – aspecto observado desde os primeiros meses neste e em outros estudos^{6,7,25}.

A experiência da primeira relação sexual durante o período agudo da pandemia foi “tensa”. Diante de tantas mortes e controvérsias sobre (não)uso de máscaras, ausência de testes para COVID-19, o casal teve que arriscar, como ilustra Ellen (16 anos): “Os dois estavam minimamente saudáveis, não tinha gripe ou febre ou náusea, estava tranquilo, só não dava para ter certeza, se tinha pegado ou não tinha pegado ou era assintomático, que não sentia nada”.

A troca de *nudes* e a interação digital com parceiros/as foram consideradas práticas que não os/as expunham à COVID-19 nem a ISTs e gravidez. A masturbação foi bastante incentivada na mídia por sexólogos e outros profissionais da saúde, sobretudo no início da pandemia de COVID-19, como uma prática de prevenção e importante estratégia para o bem-estar e a saúde mental^{26,27}. Nas palavras de Vinícius (19 anos): “Eu amava! Foi insano! Era todo dia”. A esperada e normativa iniciação sexual dos rapazes e/ou a intensificação da prática da automasturbação esteve bastante relacionada ao material pornográfico.

A vigilância familiar para frequentar lugares públicos produziu “escapadas planejadas”, especialmente de meninos e pessoas LGBT¹⁸. Todavia, fazer sexo nas dependências da casa ou em espaços contíguos (quintal, escada do prédio) foram alternativas para transar de forma segura – no sentido de menor risco de contrair o vírus da COVID-19. Nos primeiros dois anos da COVID-19, o domicílio foi o lugar para os encontros afetivo-sexuais, em interações remotas e/ou presenciais.

Discussão

A socialização para a sexualidade dessa geração de adolescentes e jovens que viveu a emergência da pandemia de COVID-19 foi singular: escolas fechadas e o imperativo de manter distanciamento social potencializou e estimulou uma sociabilidade mediada pela internet. Ao impacto do governo conservador de extrema-direita, das famílias, das igrejas e de grupos de pares somou-se a integração de uma vida, a busca de informações no mundo digital, em especial por meio de redes sociais. Esse período do curso de vida seguiu abrigando as primeiras experimentações afetivo-sexuais e os processos de construção da

identidade; o pareamento afetivo-sexual seguiu parâmetros registrados pela literatura^{2,24} – garotas quase sempre com “namorados”, e rapazes com “ficantes”, “conhecido/as”.

A proporção de identidades (sexuais e de gênero) não binárias chama atenção, sobretudo pelo contexto sócio-político e sanitário fortemente marcado pelo conservadorismo. A proporção aqui apresentada é bastante superior ao que geralmente se observa em pesquisas de base populacional²¹, embora nossa amostra não seja aleatória. Além disso, outros estudos recentes vêm apontando a emergência e/ou aumento nas declarações de identidades não cis-heteronormativas^{28,29}. Assim, consideramos que não há empenho conservador no Brasil que, em tempos mediados por celular, aplicativos e redes sociais, faça a roda do novo regime sexual do século XXI retroceder³. Um novo regime implicado no debate sobre direitos sexuais, como definiu Carrara³⁰, concebe o desejo como uma verdade interna e a sexualidade boa/normal como plástica e consentida, associada à felicidade e ao bem-estar.

Os resultados das duas pesquisas em questão mostram que estamos convivendo, no Brasil, com a disputa desse novo regime com o dispositivo relacionado à moralidade cristã: permanece ativa uma socialização para a sexualidade que valoriza o sexo heterossexual, monogâmico e em casa, ainda que com menos ênfase em sua faceta reprodutiva. Esse regime hegemônico no século passado segue na disputa pela afirmação de um único sexo bom/normal, cristão, mas sem representar sua exata tradução. Por outro lado, apesar do tom da disputa política e do amplo rechaço conservador às identidades e sexualidades dissidentes que temos vivido na última década, o contexto escolar segue sendo cenário de experimentações e aprendizados sobre gênero e sexualidade, capaz de acolher tanto a reiteração da cisheteronormatividade como a expressão da não binariedade sexual e de gênero. Os/as jovens precisam lidar com essas normas/representações múltiplas e por vezes contraditórias no processo de aprendizado da sexualidade^{2,14}.

A sociabilidade juvenil, premida pela urgência sanitária, propiciou às/-aos jovens certo tempo para ponderar sobre os “afetos que realmente importam” (inclusive sobre o valor “das amizades”). Apesar das angústias narradas, seja nos encontros *online* ou nos depoimentos individuais, o tempo (in)tenso da pandemia abriu espaço para auto-observação e aprendizado sobre si, seja em termos de identidade ou de gostos que permearam a experiência sexual.

Os primeiros anos da pandemia de COVID-19 foram também de domesticação da sexualidade, dando um tempo de/para decifração dos próprios corpos e gostos, inclusive por meio da masturbação, estimulada como prática protegida da infecção pela COVID-19^{25,26}. Domesticação também no sentido de tornar o espaço doméstico (especialmente na ausência das figuras genitoras/responsáveis) como lócus para encontros afetivo-sexuais, sobretudo para casais que seguem a norma heteronormativa. Trata-se de uma mudança nos costumes que já vinha se processando nas duas últimas décadas^{2,24}, porém acirrada na/pela pandemia de COVID-19 e usada tanto como estratégia de prevenção como de adaptação ao contexto pandêmico.

A casa se tornou um espaço relativamente seguro contra a COVID-19, mas também um lugar com menor privacidade e maior vigilância parental, aspectos que impactaram nas experiências sexuais dos/as jovens^{31,32}. Encontramos o contexto em que jovens hetero-dissidentes precisaram se recolher e fazer um duplo confinamento: seja em relação à expressão de sua identidade sexual e de gênero no âmbito da família, seja em relação à ameaça da infecção pelo vírus da COVID-19^{31,32}. Esse duplo confinamento e a domesticação aumentou a exposição a diversos tipos de violência, incrementando a vulnerabilidade de jovens sexo-dissidentes ao sofrimento psicossocial e, quando “escapavam da domesticação”, às IST e à COVID-19.

A idade de iniciação sexual, sem diferença entre as pessoas cis também chama atenção, embora esse fenômeno já se insinuasse antes da pandemia³³. A hipótese de que o uso de algum insumo preventivo no momento da iniciação sexual é um preditor da prevenção de IST ou de gravidez ao longo da vida segue forte na literatura³⁴. As pesquisas populacionais apontavam cerca de 70% de declaração positiva em relação ao uso da camisinha nos anos de 1990 e 2000^{2,35}. Nossa estudo apresenta valor semelhante, mas abriga também proporções elevadas de estratégias de prevenção ineficazes, como *banho após a relação sexual* como forma de prevenção de gravidez.

Observamos a existência de um conjunto de crenças (que permanecem em patamares elevados de declaração), ao lado da adesão à informação e a conhecimentos equivocados sobre prevenção. Tal cenário é devedor do contexto crescente de perseguição sobre educação sexual nas escolas, ao mesmo tempo em que se multiplica o número de dispositivos vacinais, hormonais (diferentes tipos de contraceptivo) ou de antiretrovirais disponíveis no processo de socializa-

ção para a sexualidade de adolescentes e jovens. Foi uníssono entre eles/as o quanto a pandemia agravou o silenciamento sobre temas relativos à saúde sexual e reprodutiva nas escolas.

Os dados sobre o início da vida sexual provocaram as melhores discussões sobre gênero e sexualidade na direção do bom debate no quadro dos direitos humanos. Nos debates com professores e jovens, era consenso a necessidade de desenvolvimento e implementação de programas de prevenção integral¹² nas escolas – de COVID-19, ISTs, gravidez não planejada e violência (seja por pares ou entre parceiros/as íntimos/as). Igualmente, a demanda por ampliação de temas relativos à sexualidade, incluindo o assédio e o consentimento nas relações afetivo-sexuais, foi apontada como central para programas de intervenção e de prevenção voltado ao público juvenil.

Considerações finais

As duas pesquisas aqui abordadas foram implementadas junto a estudantes de escolas públicas de São Paulo, o que expressa um recorte de classe e o estímulo à participação de jovens com inserção no ensino formal. Os resultados apresentados e discutidos mostram o quanto a pandemia de COVID-19 marcou o exercício da sexualidade juvenil, seja pelas dificuldades de circulação e/ou fechamento de principais lugares de sociabilidade nessa fase da vida (como as escolas), seja pelo acirramento das conexões digitais através das redes sociais, ou ainda pela dificuldade e/ou interdição de expressões dissidentes de gênero e da sexualidade no âmbito doméstico. Ressaltamos como o território escolar segue ocupando lugar central na dinâmica da construção de si e do aprendizado da sexualidade, mesmo abrigando toda a controvérsia de gêneros que se abateu sobre o ensino laico nessas últimas décadas de forte investida do conservadorismo político-ideológico no Brasil.

O debate sobre sexualidade na adolescência, em especial o que estimula a participação de adolescentes e jovens na sua educação em sexualidade nas escolas, tem sido silenciado por lideranças conservadoras e religiosas que reagem cada vez mais fortemente a políticas públicas brasileiras bem-sucedidas em décadas anteriores e bem avaliadas por pais e responsáveis. As teses do movimento “escola sem partido” e da “ideologia de gênero” (adotadas por governos eleitos em 2018), e mais recentemente o alinhamento de gestores públicos ao movimento “eu escolhi

esperar” e de militarização das escolas públicas, têm impacto no direito constitucional à educação sexual e à prevenção integral sem qualquer tipo de discriminação. Esse tipo equivocado de intervenção viola o direito à experiência sexual com prevenção e autocuidado, consensual e sem

violência, além de negligenciar, em particular, jovens que experimentam práticas e identidades que escapam da binariedade rígida e da tradicionalista cisgenderonormatividade.

Colaboradores

Todas/os autoras/es contribuíram para concepção, análise, redação e revisão final do manuscrito.

Agradecimentos

À Fapesp, pela viabilização dos estudos (processo 2017/25950-2; processo 2021/08571-3), e ao CNPq (processo 308568/2022-2). Ao colega Ivan França Jr., pela leitura e comentários sobre o manuscrito.

Declaração de disponibilidade de dados

As fontes de dados utilizados na pesquisa estão indicadas no corpo do artigo.

Referências

1. Bordie S. *La fabrique sociale des jeunes. Socialisations et institutions*. Louvain-la-Neuve: De Boeck Supérieur; 2018.
2. Bozon M, Heilborn ML. Iniciação à sexualidade: modos de socialização, interações de gênero e trajetórias individuais. In: Heilborn ML, Aquino EML, Bozon M, Knauth DR, organizadores. *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2006. p. 155-206.
3. Paiva V, Antunes MC, Sanchez MN. O direito à prevenção da Aids em tempos de retrocesso: religiosidade e sexualidade na escola. *Interface (Botucatu)* 2020; 24:e180625.
4. Rocha E, Rezende V. A pandemia da COVID-19 na vida de crianças e adolescentes no Brasil: efeitos secundários e o financiamento de políticas públicas [Internet]. 2022 [acessado 2024 out 13]. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=157da4d2-5698-4af0-88c9-e1bc-7ca8b389&highlight=WyJmb21lIl0=>
5. Sobrinho ALS, Abramo HW, Villi MC, organizadores. *Jovens e saúde: revelações da pandemia no Brasil 2020-2022*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022.
6. Halldorsdottir T, Thorisdottir IE, Meyers CCA, Asgeirsottir BB, Kristjansson AL, Valdimarsdottir HB, Allegri JP, Sigfusdottir ID. Adolescent well-being amid the COVID-19 pandemic: Are girls struggling more than boys? *JCPP Adv* 2021; 1(2):e12027.
7. Cabral CS, Guimarães J, Teixeira A, Generoso NK, Franca Junior I, Borges ALV. “A gente quer abraçar o amigo”: a pandemia de COVID-19 entre adolescentes de baixa renda. *Rev Saude Publica* 2023; 57(Supl. 1):5s.
8. Richard V, Dumont R, Lortie E, Loizeau A, Baysson H, Zaballa ME, Pennacchio F, Barbe RP, Posfay-Barbe KM, Guessous I, Stringhini S, SEROCoV-KIDS Study Group. Impact of the COVID-19 pandemic on children and adolescents: determinants and association with quality of life and mental health – a cross-sectional study. *Child Adolesc Psychiatry Ment Health* 2023; 17(1):17.
9. Pandemic school closures: risks and opportunities. *Lancet Child Adolesc Health* 2020; 4(5):341.

10. Hoyt LT, Dotson MP, Suleiman AB, Burke NL, Johnson JB, Cohen AK. Internalizing the COVID-19 pandemic: Gendered differences in youth mental health. *Curr Opin Psychol* 2023; 52:101636.
11. Paiva V, Garcia MRV. Psychosocial Suffering and Sexuality in the Context of COVID-19 and Attacks on Human Rights. *Estud Pesqui Psicol* 2022; 22(4):1351-1371.
12. Paiva V, Ayres JR, França-Jr I, Garcia MRV, da Silva CG, Simões JA, Galeão-Silva LG, Billard J. From “combined prevention” to “comprehensive prevention”: building the response to the syndemic with adolescents and youth in São Paulo, Brazil (2020-2023). *Cad Saude Publica* 2025; 41(4):e00084323
13. Rubin GS. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In: Vance CS, editor. *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*. Boston and Londres: Routledge and Kegan Paul; 1984. p. 3-41.
14. Bozon M. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV; 2004.
15. Kågesten A, Gibbs S, Blum RW, Moreau C, Chandra-Mouli V, Herbert A, Amin A. Understanding factors that shape gender attitudes in early adolescence globally: a mixed-methods systematic review. *PLoS One* 2016; 11(6):e0157805.
16. Phoenix A. Youth and gender: new issues, new agenda. *Young* 1997; 5(3):2-19.
17. Guimarães J, Cabral CS. Negociando normalidade(s): construções da identidade de gênero entre meninas. *Estud Fem* 2020; 28(3):e60678.
18. Paiva V, Garcia MRV, França-Jr I, da Silva CG, Galeão-Silva LG, Simões JA, Ayres JR; Research Group on Youth's Health and Human Rights. Youth and the COVID-19 crisis: lessons learned from a human rights-based prevention programme for youths in São Paulo, Brazil. *Glob Public Health* 2021; 16(8-9):1454-1467.
19. Burawoy M. *The extended case method: four countries, four decades, four great transformations, and one theoretical tradition*. Berkeley: University of California Press; 2009.
20. Amsellem-Mainguy Y, Vuattoux A. *Les jeunes, la sexualité et internet*. Paris: Éditions François Bourin; 2020.
21. Bergström M, éditeur. La sexualité qui vient. Jeunesse et relations intimes après #metoo. Paris: Éditions La Découverte; 2025.
22. Cabral CS, Brandão ER, Pilecco FB, Reis AP, Olivar JMN, Knauth DR. Sexualidade e reprodução: apontes de uma investigação socioantropológica multisituada com “nativos(as) digitais”. *Cad Saude Publica* 2025; 41(4):e00229323.
23. Cabral CS, Carvalho NP, Thomazzi GL. Singular ou plurais? Diversificação dos percursos/processos de iniciação sexual de jovens brasileiros/as. *Saude Soc* 2024; 33(1):e230839pt.
24. Bajos N, Bozon, M. *Enquête sur la sexualité en France Pratiques, genre et santé*. Paris: La Découverte; 2008.
25. Gouveia R, Almeida NA. *Vidas confinadas. Famílias, quotidianos e vulnerabilidades sociais no início da pandemia COVID-19 em Portugal*. Lisboa: ICS; 2022.
26. Gianni A. COVID-19 et sexualités: l'émergence d'un nouveau paradigme des sexualités. *Sexologies* 2021; 30:e1-e7.
27. Silva TCS. Prazer no isolamento: sexualidade em tempos de pandemia de COVID-19 [dissertação]. São Paulo: USP; 2024.
28. Spizzirri G, Eufrásio R, Lima MCP, Nunes HRC, Kreukels BPC, Steensma TD, Abdo CHN . Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil. *Sci Rep* 2021; 11(1):2240.
29. Schwend AS. Trans health care from depathologization and human rights perspective. *Public Health Rev* 2020; 41:3.
30. Carrara S. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *MANA* 2015; 21(2):333-345.
31. Lindberg LD, Bell DL, Kantor LM. The Sexual and Reproductive Health of Adolescents and Young Adults During the COVID-19 Pandemic. *Perspect Sex Reprod Health* 2020; 52(2):75-79.
32. López-Sáez MA, Platero RL. Spanish youth at the crossroads of gender and sexuality during the COVID-19 pandemic. *Eur J Women's Studies* 2022; 29(Suppl. 1):90S-104S.
33. Paiva V, Bermúdez XP, Merchan-Hamann E, Tagliamento G, Antunes MC, Brito I, Silva VN, Casco R, Sanchez M, Bernardes C. *Cenas escolares e sexualidade: saúde e prevenção nas escolas na perspectiva dos direitos humanos*. Brasília: UNESCO 2022.
34. Guerrero Núñez J. Disminución desigual de las tasas de fecundidad en adolescentes de 32 países de la Región de las Américas, 1960-2019. *Rev Panam Salud Pública* 2020; 44:e71.
35. Paiva V, Calazans G, Venturi G, Dias R. Idade e uso de preservativo na iniciação sexual de adolescentes brasileiros. *Rev Saude Publica* 2008; 42(Supl. 1):45-53.

Artigo apresentado em 30/07/2024

Aprovado em 03/07/2025

Versão final apresentada em 05/07/2024

Editores-chefes: Maria Cecilia de Souza Minayo, Romeu Gomes, Antônio Augusto Moura da Silva, Vania de Matos Fonseca

